

## O Brasil é português e não espanhol: confusões de prosódia

*Carlos Reis*

Abrirei esta minha intervenção\* com variações em torno de um título – O Brasil é português e não espanhol: confusões de prosódia –, para notar que nele se articulam duas citações, de dois autores, em dois tempos culturais muito diferentes. Além disso, as duas citações provêm de domínios também distintos: por um lado, desse que usualmente identificamos com uma *cultura literária*, por outro lado, de uma cultura musical popular. Deste modo, procede-se, logo de entrada, a uma espécie de valorização (ou revalorização) de uma cultura tida por não erudita, cruzada agora, em jeito de carnavalesação de referentes culturais, com a tal cultura literária.

Ao que fica dito acrescento agora a possibilidade de uma problematização tripla dos temas inscritos no título enunciado, em função de três vectores de análise. Assim: um vector de amplíssima análise que questione as relações culturais entre Portugal e o Brasil, nas suas variadas e complexas modulações; um segundo vector que pondere as relações culturais (não menos complexas, por certo) entre Portugal e a Espanha; um terceiro vector centrado em questões idiomáticas – e nas suas incessantes confusões...

Liberto-me desde já, por razões de tempo (e agora, de espaço), do segundo vector de análise, mas não sem antes observar que a problemática do diálogo e dos silêncios, não raro traumáticos, entre Portugal e Espanha, tem que ver com grandes condicionamentos históricos e geopolíticos: o tema da independência nacional seria aqui central, tal como o seria a noção de fronteira e as suas movências possíveis. Há não muito tempo, pude ocupar-me

---

\*Texto guia da conferência proferida no Colóquio Relações Luso-brasileiras, em abril de 2002.

de algumas destas matérias, numa intervenção a que chamei, em jeito de metáfora borgiana, “Espanha y Portugal: laberinto de laberintos”<sup>1</sup>. Perpassam nesse labirinto algumas sombras persistentes, literariamente modeladas: a do iberismo, que Miguel Torga tematizou, nos seus *Poemas Ibéricos*, a da união ibérica postulada por Natália Correia como gesto utópico, a da deriva transibérica, metaforizada na *Jangada de Pedra* de José Saramago, etc., etc. Tudo isso e ainda aquele anti-espanholismo a que, numa imagem de rara lucidez, Eduardo Lourenço chamou “doença infantil do nosso nacionalismo”.

Centro-me, pois, no campo dos enlaces e desenlaces entre Brasil e Portugal, desde logo com a consciência de que nele abundam reflexões e indagações certamente mais sistemáticas do que a presente<sup>2</sup>; ao mesmo tempo, noto que é do ponto de vista de uma dinâmica bilateral que importa avançar, tendo em atenção a recepção (e a reacção) brasileira de discursos culturais portugueses e também a recepção (e, de novo, a reacção) portuguesa de discursos culturais brasileiros. Decorrem daqui interações e consequências relevantes, nem sempre em sintonia: a geocultura de um idioma comum é uma dessas interações, envolvendo atitudes de estratégia linguística (a chamada política da língua), também frequentemente dissonantes.

A bem específica problemática da prosódia não surge aqui por acaso: ela conexas-se directamente com a ortoépia que uma atitude linguisticamente ortodoxa pode reclamar, sendo essa atitude desafiada por diversidades fonológicas geradoras de confusão. E logo aqui instala-se esta última – a confusão –, de um ponto de vista semântico e anunciando todo um potencial de diferenças. Invocando autoridades, lembrarei, com a ajuda do Aurélio (não tenho ainda o novíssimo Houaiss...), que no Brasil *confusão* quer dizer tumulto e barafunda; mas em Portugal a mesma *confusão* significa, a acreditar no recente *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia, mistura, equívoco ou troca. O que, diga-se de passagem, não é exactamente o mesmo.

<sup>1</sup> Conferência proferida em Madrid, no Círculo de Bellas Artes, a 21 de Novembro de 2001.

<sup>2</sup> Por exemplo: Nelson Vieira, *Brasil e Portugal – a imagem recíproca (o mito e a realidade na expressão literária)*, Lisboa, Min. da Educação/ICALP, 1991; João Alves das Neves, *As relações literárias de Portugal com o Brasil*, Lisboa, Min. da Educação/ICALP, 1992; Amado Luiz Cervo e J. Calvet de Magalhães, *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil. 1808-2000*, Lisboa. I. Camões, 2000; *Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces, Convergência Lusitana*, 17 (número especial), Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2000.

Reconhecemos, então, a existência de uma tensão comunicativa entre duas variantes do mesmo idioma; e afirmamos que essa tensão se manifesta antes de tudo no plano de uma prosódia que provoca confusão – em dois sentidos, ambos legítimos. É essa prosódia “desdobrada” que obriga os portugueses a neutralizarem variações articulatórias, quando ouvem um brasileiro; por sua vez, a prosódia portuguesa dificulta (ou até bloqueia) a compreensão de um português que fale a um brasileiro. Que estas diferenças não são pacíficas, facilmente aceitáveis ou despidas de preconceitos mostra-o bem a recusa que a alguns pudemos ouvir, quando em Portugal se discutia o abortado Acordo Ortográfico, com todo o azedume que nessa recusa transparecia: “Falar como os brasileiros” seria, para esses espíritos linguisticamente puritanos, a consequência inaceitável de um acordo assim aberrantemente extrapolado da grafia à prosódia.

Como se vê e já se sabia, não é estranha a metáfora dupla dos enlaces e desenlaces que aqui nos rege. Se os enlaces remetem para ligações eventualmente felizes – por princípio, são anunciados assim os enlaces matrimoniais –, os desenlaces podem terminar relações que no início eram harmoniosas: os desenlaces são quase sempre fatais, até mesmo quando designam, em linguagem de teoria da narrativa, o final de uma acção romanesca. Não escapam a esta dualidade os enlaces e os desenlaces entre Portugal e o Brasil – neste caso e para complicar, com a Espanha de permeio.

O tempo de Eça de Queirós foi especialmente fértil em enlaces e desenlaces luso-brasileiros, com uma ocorrência significativa nos anos 80; a década de 40 do século XX conheceu outras modulações dos mesmos enlaces e desenlaces; no nosso tempo, já no fim do século, voltamos a surpreender episódios a que chamarei post-modernos – ou melhor (e com propriedade), confusões de prosódia. Feitas as contas, em números redondos, quase dá para fixarmos uma espécie de regularidade, traduzida em ciclos de cinquenta a sessenta anos, no termo dos quais emergem novos enlaces e desenlaces. Vejamos se é assim, começando pelo tempo de Eça de Queirós, sendo certo e sabido que as relações do grande escritor português com o Brasil foram marcadas por vários e, às vezes, controversos episódios, devidamente analisados por diversos estudiosos, sobretudo no Brasil<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Por exemplo, por Paulo Cavalcanti, por Heitor Lyra, por Arnaldo Faro, por Vianna Moog e por Elza Miné, entre outros. Veja-se o recente trabalho de Benjamin Abdala Júnior (org.), *Ecos do Brasil: Eça de Queirós. Leituras brasileiras e portuguesas*, São Paulo, SENAC, 2000.

Começarei por esclarecer que a citação que em parte dá título a esta intervenção não é exactamente de Eça. E, contudo, é numa das suas crónicas para a *Gazeta de Notícias*, em 1880, que pode ler-se o seguinte, citado agora de forma mais circunstanciada: “O Brasil é português e não espanhol: e isto explica tudo. O seu sangue europeu vem daquela parte da Península Ibérica em que a tradição é a liberdade triunfante, e nunca suprimida.”<sup>4</sup> Ora, estas palavras não são de Eça, mas de um jornalista inglês: “Um artigo do *Times* sobre o Brasil”, assim se intitula a referida crónica, que abundantemente cita e comenta o texto daquele prestigiado jornal inglês, elaborado a partir do testemunho de um seu enviado (“É deste modo respeitoso que se deve falar sempre de um correspondente do *Times*”, diz Eça<sup>5</sup>).

Trata-se, além disso, para o jornal britânico, de exprimir admiração pelo Brasil, admiração que é devidamente relativizada. É assim, o Brasil evidencia um claro “contraste com os países que quase o igualam em vantagens materiais, como o Peru e o Rio da Prata, mas onde a discórdia intestina devora e destrói todo o progresso nascido da actividade estrangeira”. Isto é o que diz o *Times*; e é assim que Eça o comenta, tendo em conta também aquela generosa alusão à vigência, em Portugal, de uma “liberdade triunfante, e nunca suprimida”:

O *Times* aqui abandona-se com excesso às exigências rítmicas da frase: parece imaginar que desde a batalha de Ourique temos vindo caminhando numa larga e luminosa estrada de ininterrompida democracia!...<sup>6</sup>

O texto de Eça, diga-se em jeito de síntese, estrutura-se em regime de diálogo de imagens: por um lado, a imagem representada no *Times*, segundo a qual o Brasil deve as suas qualidades ao facto de manter uma matriz civilizacional portuguesa; por outro lado, a imagem queirosiana, claramente discordante daquela e evidenciando uma consciência crítica post-colonial, que envolve também (ou até sobretudo) uma reflexão acerca de Portugal. É

<sup>4</sup> Crónica publicada a 31 de Outubro de 1880; cf. Eça de Queirós, *Textos de Imprensa. IV (da Gazeta de Notícias)*; edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 89.

<sup>5</sup> *Textos de Imprensa. IV (da Gazeta de Notícias)*, ed. cit., p. 88.

<sup>6</sup> *Loc. cit.*, p. 89.

assim, para Eça, a nossa relação com o Brasil foi sempre a de “amos amáveis e timoratos”. Mais: “Estávamos para com ele [o Brasil] naquela melancólica situação de velho fidalgo, solteirão arrasado, desdentado e trôpego, que treme e se baba diante de uma governanta bonita e forte. Nós verdadeiramente é que éramos a colónia; e era com atrozes sustos do coração que, entre uma *Salve-Rainha* e um *Lausperene*, estendíamos para lá a mão à esmola...”<sup>7</sup>. E nem mesmo a Portugal deve o Brasil, na opinião de Eça, a “qualidade eminentemente de se interessar pelo que diz o mundo culto”, quando muito “deve-o às excelências da sua natureza”; e acrescenta: “Como português, o que era lógico que fizesse era voltar as costas à Europa, puxando mais para as orelhas o cabeção do capote...”<sup>8</sup>

Será oportuno observar neste momento que as representações queirosianas do Brasil e das relações de Portugal com a sua antiga colónia não são imutáveis, nem insusceptíveis de modulações, em regime de pluralidade e, nalguns momentos, de contradição. Em jeito de ordenação cronológica e com todos os riscos de redução que isso envolve, pode dizer-se que há, em Eça, uma visão crítico-realista do Brasil, uma visão eurocêntrica do Brasil e uma visão fradiquista do Brasil.

A primeira é a dos anos 70 e corresponde ao tempo formativo e conturbado d’*As Farpas* e dos romances naturalistas, sobretudo *O Primo Basílio* e a segunda versão d’*O Crime do Padre Amaro*. Em função das posições que adopta, em relação ao Brasil, à sua cultura e mesmo ao seu imaginário, Eça ora pode ser encarado como um agitador no Brasil ou como um discípulo de Machado de Assis, neste último caso revestindo também esse discipulato a capa de polémica que a história literária daqueles dois romances implica. Paulo Cavalcanti e Alberto Machado da Rosa analisaram com demora e com pertinência essa relação tensa e algo preconceituosa de Eça com o Brasil<sup>9</sup>; por isso, não me demorarei por estas paragens.

<sup>7</sup> *Loc. cit.*, p. 90.

<sup>8</sup> *Loc. cit.*, p. 93. Esta crónica de Eça originou um inflamado artigo crítico de Pinheiro Chagas, a que Eça respondeu com “Brasil e Portugal (Carta a M. Pinheiro Chagas)”, *O Atlântico*, 29 de Dezembro de 1880 e 6 de Fevereiro de 1881 (inscrito em *Notas Contemporâneas*).

<sup>9</sup> Refiro-me, evidente, a dois trabalhos fundadores: de Paulo Cavalcanti, *Eça de Queiroz agitador no Brasil*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.; de Alberto Machado da Rosa, *Eça, discípulo de Machado?*, 2ª ed. rev., Lisboa, Presença, 1979.

A mencionada visão eurocêntrica está representada no texto que já citei e também num outro, igualmente inserido na *Gazeta de Notícias*. Curiosamente, essa visão desenrola-se agora em torno de uma singular dialéctica, cuja síntese se projecta sobre este texto: por um lado, a Europa é ainda o espaço de incubação de tensões e de conflitos de uma civilização em crise, que motivaria, nesse mesmo ano de 1892, o conto “Civilização”, embrião d’*A Cidade e as Serras*; por outro lado, a Europa permanece o espaço de florescência de uma cultura que Eça trata de valorizar. É o facto de esta crónica inaugurar uma colaboração jornalística destinada ao outro lado do Atlântico<sup>10</sup> (quer dizer: ao espaço da não-Europa), torna mais expressivas as palavras de um Eça não isento de preconceitos eurocêntricos: “Se a Europa, como disse não me lembro que afectado poeta alemão, é no mundo o ‘Jardim da Inteligência’ – nós remetemos para aí, Brasil ditoso, um ramalhete das suas flores melhores, de modo que tu te possas regalar com o encanto das cores e a harmonia dos perfumes, sem teres de descer ao jardim e sofrer-lhe a humidade, os espinhos, as lagartas e os estrumes”<sup>11</sup>. É difícil, reconheça-se, fixar uma imagem de sobrançeria cultural – imagem absolutamente intolerável pelos nossos padrões actuais – expressa em termos tão elegantemente condescendentes e paternalistas, como aqueles que Eça aqui utiliza.

Deduz-se, então, do tom displicente destas palavras um juízo pouco abonatório acerca da forma como Eça olhava os seus leitores brasileiros. Mais claro é esse juízo, quando se formula (*et pour cause*) numa carta particular a Batalha Reis, de 6 de Julho de 1892, em que o escritor-jornalista pede colaboração para a *Gazeta de Notícias*, sob a forma de “noções fundamentais de ciência [para os] caixeiros do Rio”; e acrescenta ainda: “Tudo isso são *intrujices literárias* – mas convêm, agradam, são fáclimas de fabricar”<sup>12</sup>.

Já a visão fradiquista do Brasil resulta, em Eça, de um processo mais sinuoso, determinado pela construção do *alter ego* Fradique Mendes e pela enunciação de um ambivalente discurso de alteridade: cruzam-se nesse discurso divergências e convergências entre Eça e Fradique, sob o signo de uma

<sup>10</sup> A actividade jornalística de Eça tem sido das mais contempladas pelos estudos queirosianos dos últimos anos. Sobre a colaboração de Eça para a *Gazeta de Notícias* veja-se o estudo recente de Elza Miné, *Páginas Flutuantes. Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2000, pp. 61-74.

<sup>11</sup> *Textos de Imprensa. IV (da Gazeta de Notícias)*, ed. cit., p. 235.

<sup>12</sup> Citado por Elza Miné, *op. cit.*, p. 67.

tensão dialógica que o epistolário fradiquista bem testemunha. E assim, numa das cartas de Fradique a Madame de Jouarre (a carta X), a figura do “brasileiro” contempla um tema-personagem em que o Brasil só indirectamente está presente: nesse “brasileiro”, como nos de Camilo, Júlio Dinis ou Luís de Magalhães, é verdadeiramente um português de torna-viagem que se observa; e só difusamente percebemos na figura do comendador Pinho a ponta de um *iceberg* de exploração económica com coloração neo-colonialista, porque para esse português boçal e enriquecido o Brasil é apenas a memória de um lugar de comércio proveitoso.

Diferentemente deste Brasil representado por interposta pessoa, o de Fradique *lui-même* é mais elaborado. A carta de Fradique Mendes a Eduardo Prado (inserida não n’*A Correspondência de Fradique Mendes*, mas nas *Últimas Páginas*, em 1912) decorre de uma experiência directamente colhida numa viagem ao Brasil, essa viagem que Eça nunca fez; endereçada a um destinatário especialmente qualificado<sup>13</sup>, a carta de Fradique gira em torno da questão do genuíno e esboça uma imagem neo-romântica de um Brasil perdido, lugar de vivência e contemplação de uma autenticidade civilizacional que se perdeu, por força de importações culturais europeias e maioritariamente francesas. “A minha impressão”, declara Fradique, “é que os brasileiros, desde o Imperador ao trabalhador, andam a desfazer e, portanto, a estragar o Brasil”; estabeleceu-se, assim, “uma tremenda orgia: ensinou-se aos sabiás a gorjear *Madame Angot*, e vendedores de retalho citavam Augusto Comte...”. Por fim, este é um Brasil enfardelado “numa fatiota europeia, feita de Francesismo, com remendos de vago Inglesismo e de vago Germanismo”<sup>14</sup>.

Convém ter em conta que os juízos fradiquistas acerca do Brasil não se regem pela pura e altruísta generosidade de quem desejaria repor uma subvertida ordem natural, antes sintonizam com um pensamento que confina com preocupações do próprio Eça, expressas, por exemplo, no artigo (deixa-

<sup>13</sup> De nacionalidade brasileira. Eduardo Prado foi amigo de Eça e com ele conviveu nos anos de Paris, onde passou uma espécie de exílio dourado, com requintes civilizacionais tipicamente finisseculares. Para além disso, Eduardo Prado é o autor de uma série de textos críticos acerca do Brasil, nos anos da passagem do Império à República, artigos esses que apareceram sob o pseudónimo Frederico de S. na queirosiana *Revista de Portugal*. Ao seu amigo brasileiro consagrou Eça um texto notável, publicado na *Revista Moderna* (nº 22, vol. II, Julho de 1898, pp. 690-699) e depois inserto no volume *Notas Contemporâneas*.

<sup>14</sup> Eça de Queirós, *Últimas Páginas*, Porto, Livraria Chardron, 1912, pp. 448, 452-453 e 454.

do inédito) “O ‘Francesismo’”, nos contos “A Perfeição” e “Civilização” e no romance *A Cidade e as Serras*. A aparente superação fradiquista do critério eurocêntrico que inspirava o Eça das crônicas da *Gazeta de Notícias* oculta, por certo, outra coisa, mais perversa do que o franco eurocentrismo queirosiano: oculta uma relação com o Outro (com o Outro ex-colônia, neste caso), sendo a autenticidade do Brasil, ainda com laivos exóticos, postulada como consolo perdido por alguém que, todavia, se recusa a abdicar do regresso ao Centro – a Europa, Paris e a sua civilização –, depois de cada viagem retemperadora ao que resta de genuíno em Portugal, na Palestina ou no Brasil. Trata-se, por fim, de uma insidiosa proposta cujo desenlace não está longe da atitude de estreito egoísmo do prosaico comendador Pinho, atitude que, no caso de Fradique Mendes, surge envolta na sofisticada argumentação de um discurso só aparentemente anti-europeu. Terá sido por isso que Eça calou esta carta e a deixou inédita? Talvez sim ou então para não suscitar de novo a vigorosa crítica que Ramalho Ortigão fez a Fradique Mendes, visando um seu comportamento em relação a Portugal, comportamento que, *mutatis mutandis*, se reencontra na carta a Eduardo Prado:

Um dia que jantávamos em casa de Carlos Mayer, e que Fradique lamentava, com melancólica sinceridade, o velho Portugal fidalgo e fradesco do tempo do senhor D. João V – Ramalho Ortigão não se conteve: – Você é um monstro, Fradique! O que você queria era habitar o confortável Paris do meado do século XIX. e ter aqui, a dois dias de viagem, o Portugal do século XVIII, onde pudesse vir, como a um museu, regalar-se de pitoresco e de arcaísmo... Você, lá na Rue de Varennes, consolado de decência e de ordem. E nós aqui, em vielas fedorentas, inundados à noite pelos despejos, de águas sujas, aturdidos pelas arruaças do marquês de Cascais ou do conde de Aveiras, levados aos empurrões para a enxovia pelos malsins da Intendência, etc., etc. Confesse que é o que você queria!<sup>15</sup>

Cinquenta a sessenta anos depois de Eça e Fradique, novos episódios põem em evidência as complexidades e as contradições que atravessam os enlaces culturais (especialmente os literários) luso-brasileiros. Já o Estado Novo, atra-

---

<sup>15</sup> Eça de Queirós, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 82-83.



vés de António Ferro, dera sinais de abertura ao diálogo com o Brasil; e os acordos ortográfico e cultural de 1943 e 1947 situam-se nessa linha de acção, que não cabe agora aprofundar. Certamente mais significativos e consequentes do que isso são os termos em que se afirmam eventos e movimentos literários como a *Revista de Portugal* (1937-39) e o Neo-Realismo português, de fins dos anos 30 em diante.

Como se sabe, a *Revista de Portugal* nasce da iniciativa de um (então) jovem escritor e professor, Vitorino Nemésio, sempre muito ligado ao Brasil, à sua literatura e ao seu imaginário<sup>16</sup>. Secretariado por Alberto de Serpa, Nemésio dirige, então, aquela que foi uma das mais cultas e actualizadas revistas literárias portuguesas, fazendo jus, no seu título, à lembrança da homónima *Revista de Portugal* criada e dirigida por Eça quase meio século antes; colocando-se programaticamente contra a literatura dita *consagrada*, ao mesmo tempo que reiterava a relevância do legado literário modernista e mesmo presencista, a *Revista de Portugal* busca incorporar no seu labor de reflexão e de divulgação o que de mais actual e refinado havia na literatura e na arte europeias do ainda jovem século XX<sup>17</sup>.

Mas ao afirmar que os seus seguidores e colaboradores eram “europeus e atlânticos”, a *Revista de Portugal* abre uma outra frente de diálogo (que não se nota na *Presença*), justamente a desse Atlântico que, na expressão consagrada, não separa, antes une. E assim, a revista de Nemésio opera quase uma inversão da asserção do jornalista do *Times*: no nicho de actividade que a *Revista de Portugal* constituiu, este é um Portugal brasileiro, em que se torna regular e natural a presença de escritores como Murilo Mendes, Cecília Meireles ou Jorge Amado. Justamente deste último publica-se, no número 8 (1939), o início do romance *Terras do Sem Fim* (“Sinhô Badaró”), antecedido por uma nota em que se declara: “Os heróis do romance, avisa o romancista, são baseados na mais pura realidade, deturpados apenas pelas exigências da realidade do romance”. Lendo-se estas palavras, com a carga ideológica que elas trazem consigo, é impossível não lembrar a epígrafe de *Gaibéus* –

<sup>16</sup> Veja-se, por exemplo, o volume *O Segredo de Ouro Preto e outros caminhos*, de 1954.

<sup>17</sup> Perpassa aqui um tópico que não cabe agora desenvolver: tal como em muitos outros casos (por exemplo, no da homónima *Revista de Portugal* queirosiana ou no da *Presença*), a preocupação com a integração cultural europeia reflecte bem a consciência de marginalidade que afectava a cultura portuguesa, suscitando regularmente movimentos anti-nacionalistas e centrípetos de orientação europeia.

“Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo” –, autêntica e fundadora declaração programática de um movimento que muito começava a dever ao firme enlace que estabelecia com os seus precursores brasileiros. Jorge Amado era um deles.

Antes de aprofundar esta questão, sublinharei que o elo brasileiro da *Revista de Portugal* inclui ainda outras referências importantes, no plano da recepção literária. Penso concretamente nos autores (não só literários) recensados: Gilberto Freyre, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, etc. Concretizando: no número 5 (1938) da *Revista*, Nemésio assina uma elogiosa resenha de *Olhai os Lírios do Campo* de Érico Veríssimo, em que sobressai também o nível de informação técnica do crítico; nesse mesmo número, Albano Nogueira debruça-se sobre *S. Bernardo* e sobre *Vidas Secas* de Graciliano e destaca aspectos que se projectarão sobre a formação do Neo-Realismo português: as relações da escrita narrativa de Graciliano com o romance americano, as suas afinidades com Lins do Rego e Jorge Amado, a capacidade para representar uma “vida sem literatura, expressão directa e a-retórica”, paradoxo só aparente, pois que não se refutava a condição propriamente literária dos relatos em causa, onde também se surpreendia a profundidade da expressão da vida interior.

Num outro número da *Revista de Portugal* (6, 1939), insere-se uma análise muito significativa de *O romance brasileiro*, de Olívio Montenegro. O que aqui importa considerar é o facto de José Osório de Oliveira chamar a atenção para a multiforme diversidade do Brasil e dos seus cenários; é nesse contexto de diversidade que se distingue a singularidade social do Nordeste e da literatura de temática nordestina, matricialmente dominada, como observa Osório de Oliveira, por José Américo de Almeida e pelo romance *A Bagaceira*. E aqui, de novo, encontramos a reafirmação de um modelo literário que o incipiente Neo-Realismo português não ignorava, como igualmente não ignorava o significado daquilo que é dito numa breve nota não assinada e inserta num número de 1938 da *Revista de Portugal*: que uma literatura renovada, ideológica e tematicamente, requeria um idioma renovado também pelo vigor e pelo testemunho vivencial de um escritor como Jorge Amado. Assim se diz, nessa breve notícia que vale por um programa de trabalho:

Jorge Amado foi passar uns sete a oito meses em Estância, cidadezinha matuta do Estado de Sergipe. Vem de lá certamente com um romance brusco e poético, uma daquelas páginas que a gente aqui lê com a sensação de que a força do português se passou para o Brasil com armas e bagagens. Ficaram por cá meia dúzia de palavras para erudição e poemas.<sup>18</sup>

A constituição doutrinária e literária do Neo-Realismo português sustenta-se, em boa parte, no exemplo brasileiro, presente já nas páginas da *Revista de Portugal*, ainda que sem a premência ideológica que os neo-realistas cultivavam. A história da formação estrangeira do Neo-Realismo português é conhecida, bastando por agora lembrar que, no tocante aos seus precursores literários, essa formação deve muito a uma tríade de realismos (usando o termo numa acepção muito genérica), designadamente o realismo socialista, o realismo americano e o realismo nordestino que é, para o caso, o que interessa.

Ora o que exactamente há que notar, como já foi feito<sup>19</sup>, é que a recepção do realismo nordestino não implica uma projecção directa e linear do romance brasileiro assim designado no nascente romance neo-realista português. Pelo seu lado, este não se assumia como mero epígono daquele, antes afirmava propósitos e preocupações temáticas próprias, que não anulavam efectivas afinidades éticas, ideológicas e de estratégia literária entre ambos os movimentos. Seja como for, a verdade é que, conforme já notei noutra local, talvez pela primeira vez na história cultural e literária portuguesa, o exemplo vinha também do Brasil; do outro lado do Atlântico, soava uma palavra literária precursora e reconhecida como tal por críticos ligados directamente ao emergente Neo-Realismo (Mário Dionísio, Joaquim Namorado, Afonso Ribeiro, Afonso de Castro Senda) que nos jornais *Sol Nascente* e *O Diabo* realçaram a exemplar qualidade de Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo e até de um Amando Fontes (autor d' *Os Corumbas*) hoje pra-

<sup>18</sup> *Revista de Portugal*, nº 6, 1938, p. 145.

<sup>19</sup> Cf. C. Reis, *O discurso ideológico do Neo-Realismo português*, Coimbra, Almedina, 1983, p. 27; veja-se também Fernando Mendonça, *Três ensaios de literatura*, São Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1967, pp. 27-41 e ainda o importante estudo de Benjamin Abdala Júnior, *A escrita neo-realista (Análise sócio-estilística dos romances de Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos)*, São Paulo, Ática, 1981.

ticamente esquecido, mesmo no Brasil. Era o romance nordestino, de funda implicação e compromisso social, que assim abria o caminho a uma literatura que, no Portugal do fim dos anos 30 e dos anos 40, surgia com motivações políticas e ideológicas tão fortes como as motivações propriamente literárias – ou até mais fortes do que elas.<sup>20</sup>

Sintonia perfeita ou, se se preferir, enlace harmonioso, aquele que acabamos de testemunhar. As confusões de prosódia chegam mais tarde, parecendo anunciar um desenlace de tensão e afastamento a que importa estarmos atentos, se acreditamos no potencial criativo de um diálogo intercultural não isento de diferenças.

Passados cerca de 50 a 60 anos sobre o Neo-Realismo, novo ciclo, nova questionação: no final do século XX, momento que convida a problematizar o que se viveu e a antecipar o que vai ser vivido, os enlaces e desenlaces luso-brasileiros desenvolvem-se em tempo radicalmente post-colonial, agora que a descolonização encerrou, no plano político e no plano mítico-simbólico, o Império do passado e as suas ilusões. Reduzido, por fim, à dimensão europeia, o Portugal post-colonial interroga a sua condição de antiga metrópole, a sua inserção na Europa, os seus traumas e os seus fantasmas, à procura de uma identidade refigurada; frequentemente, é a literatura que serve de *interface* entre quem indaga e aquilo que é indagado, pois que ela surge como linguagem especialmente vocacionada para representar o oculto e traduzir, no discurso da ficção, na metáfora poética ou na tensão do dramático, uma consciência colectiva mais as suas contradições<sup>21</sup>. Com estas articulam-se, não raro, as relações com um Outro, entidade vinda do passado colonial que regularmente (obsessivamente?) reaparece à superfície do processo de auto-

<sup>20</sup> Cf. Carlos Reis, “Enlaces e desenlaces: reflexões sobre a dualidade e a pluralidade”, in *Brasil e Portugal: 500 Anos de Enlaces e Desenlaces*, vol. 2, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2001, p. 88.

<sup>21</sup> Vejam-se, como referências indispensáveis, os seguintes títulos: António Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos*, Lisboa, Fund. Lusíada, 1989; Henrique C. Gomes de Araújo (ed.), *Portugal e a Europa. Identidade e Diversidade*, Porto, Asa, 1991; Yvette K. Centeno (coord.), *Portugal: Mitos Revisitados*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1993; Boaventura de Sousa Santos, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994; Miguel Real, *Portugal. Ser e Representação*, Lisboa, Difel, 1998; Adriano Moreira *et alii*, *O Português que Somos*, Lisboa, Verbo, 1999. É evidente que esta é uma temática em que a reflexão de Eduardo Lourenço ocupa um lugar axial; veja-se, entre outros, o seu *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, 2ª ed., Lisboa, Imp. Nacional-Casa da Moeda, 1988.

refiguração. Interferem nesse processo vários imaginários, ocupando o imaginário da língua um lugar capital, bem atestado por vários episódios significativos: por exemplo, pelos avanços e recuos de um Acordo Ortográfico, por fim (e por agora) abortado, ou ainda pela constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ponto de encontro de visões estratégicas nem sempre coincidentes.

É no imaginário da Língua Portuguesa que vem enxertar-se o terceiro vector desta intervenção: aquele em que se fala de confusões de prosódia, vector indissociável já agora de um outro imaginário, que de certa forma o subsume e absorve: o do audiovisual. Com efeito, presentemente o destino da Língua decide-se em grande parte em função do audiovisual e dos seus discursos, sendo certo que o discurso da televisão comporta estímulos e veicula imagens especialmente sedutoras, quando não enganadoras; por isso mesmo pude referir-me, há algum tempo, à telenovela brasileira vista em Portugal como “atração fatal”<sup>22</sup>. Aludi assim ao modo como ela tem ilustrado, nos últimos vinte a trinta anos, um certo imaginário do Brasil, imaginário atravessado por não poucas ilusões e mesmo mistificações.

Sintomaticamente, são de formulação distinta os dois campos de reflexão a que, a propósito deste vector, desejo aludir com inevitável brevidade. Em Eduardo Lourenço, particularmente em dois textos relativamente recentes, a Língua Portuguesa é problematizada por via ensaística, num registo em que ressoa uma certa tonalidade de desengano. É assim, o texto “Da língua como pátria” traz consigo a necessidade de, no actual cenário de diversidade e de pluralidade linguístico-cultural, repensarmos a famosa imagem pessoana da língua postulada como pátria; nota Lourenço, com razão e desmistificando as abusivas utilizações a que a asserção de Pessoa tem dado lugar, que, “na verdade, o que Pessoa queria dizer, e disse, foi que, à parte a língua portuguesa, universo por assim dizer imaterial do qual extraía a matéria dos seus sonhos e nela inventava um mundo fora do mundo, ele não tinha *pátria*. Quer dizer, pátria no mero sentido ‘patriótico’ e, de algum modo, anedótico do termo.”<sup>23</sup> Reduzida (por assim dizer) a ser “essa pátria das origens e original que só a poesia, em última instância, pode falar”, a língua que falamos resolve-se num potencial de diferenças e de afirmações identitárias, que é, ao mes-

<sup>22</sup> Cf. C. Reis, “Atração fatal: sobre a telenovela como ilusão e verdade”, *Discursos*, 10, Maio, 1995.

<sup>23</sup> Eduardo Lourenço, “Da língua como pátria”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 618, 1994, p. XVI.

mo tempo e paradoxalmente, afirmação de vitalidade e risco de explosão desagregadora. Ou, no mínimo, confusão de prosódias. De novo Eduardo Lourenço: “A nossa língua é hoje, como o foi para o Brasil, uma pluralidade de *pátrias*. Com o tempo, sem dúvida, os brasileiros, os angolanos, os moçambicanos, os caboverdianos, os guineenses, farão com a nossa língua comum o que os lusitanos fizeram outrora com a língua imperial – e imperiosa – dos romanos embora nós nunca tenhamos sido – salvo em África – os romanos deles”<sup>24</sup>.

Os enlances promovidos pela causa da lusofonia – enlances diplomáticos, culturais, políticos quando calha, timidamente económicos e escassamente jurídicos – buscam, precisamente, atalhar ou, no mínimo, controlar uma deriva linguística post-colonial. E sabendo-se cada vez mais que o Brasil que escreve e fala em Português vai configurando um Português outro (desenlace fatal...), é Portugal que muito se empenha na causa da lusofonia, porque, afinal, é Portugal que dela muito carece. Num outro texto escrito e publicado pouco depois daquele que citei, Eduardo Lourenço sublinha justamente essa ideia, a par das distâncias culturais entre o Brasil e Portugal, como que definitivamente refutando a tese (“O Brasil é português e não espanhol”) do jornalista oitocentista do *Times*. E assim, tendo passado mais de um século, inverteu-se quase por completo o sentido do influxo, que agora é sobretudo do Brasil em Portugal. Mas é-o de uma forma singular, “não de uma maneira muito diversa da dos Estados Unidos nos folhetins de *Dallas e Dynasty*”<sup>25</sup>; e mais: “Também nós, embora vejamos o Brasil – e como seria possível não o ver? – também não *vemos*, o que se chama ver, a cultura brasileira. Mas ao menos *ouvimo-la*, pois a sua sedutora música ocupa na nossa escuta um lugar de eleição”<sup>26</sup>.

A “sedutora música” do Brasil pode ser apenas (e já não é pouco) a sua prosódia e a sua extraordinária criatividade estilística, mesmo que uma e outra estejam indelevelmente marcadas pelos modismos televisivos do padrão-Globo e pelo imaginário da Ipanema das telenovelas de cenário carioca, como se aí enganosamente se concentrasse todo o Brasil; um Brasil que, consabidamente e parafraseando Vinícius de Moraes, “não é um, é tantos”.

<sup>24</sup> *Loc. cit.*, p. XVII.

<sup>25</sup> Eduardo Lourenço, “Cultura e Lusofonia ou os três anéis”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 678, 1996, p. 38.

<sup>26</sup> *Loc. cit.*, p. 39.

Acontece que a “sedutora música” do Brasil é-o também em sentido literal: a música e (acrescento) os textos que com ela se articulam constituem, com efeito, uma específica e por certo popular forma de se afirmar um Brasil já não português, mas emancipado e linguisticamente confrontado com a antiga metrópole. Confrontado, esclareça-se, porque capaz de se colocar *de frente* para o Outro que ele agora encara como tal, assumida que está uma identidade que justamente legitima a confrontação com a alteridade e o diálogo possível com ela.

É Caetano Veloso quem protagoniza esse movimento de afirmação. Fá-lo, entre outros textos, naquele em que emblematicamente canta “Língua” (do CD *Noites do Norte ao Vivo*), um admirável poema, mesmo quando escutado do lado de cá do Atlântico. Um *lado de cá* em cuja memória persistem textos e figuras canónicas, que justamente Caetano trata de desconstruir:

Gosto de sentir a minha língua roçar  
 A língua de Luís de Camões  
 Gosto de ser e de estar  
 E quero me dedicar  
 A criar confusões de prosódia  
 E uma profusão de paródias  
 Que encurtem dores  
 E furtem cores como camaleões

Recordo-me da relativa perplexidade que esta canção suscitou, quando começou a ser escutada em Portugal. E lembro-me também de que nessa perplexidade entravam várias interrogações acerca daquilo que no poema era mais provocatório: a invocação de Camões naquele contexto? A carga de erotismo, não isenta de conotações de homossexualidade? A propositada ambivalência daquela “língua” (língua-corpo; língua-idioma)?

O desenvolvimento do poema – e também o da melodia bem ritmada, alternando com momentos de declamação um tanto agressiva – confirma as imagens iniciais. Em Caetano Veloso, a “confusão de prosódias” é projecto assumido como tal, num quadro cultural e ideológico centrado na desagregadora carnalização de referentes culturais, sempre sob o signo de uma criatividade linguística que é, ela mesma, instrumento e finalidade. Diz (e canta) Caetano:

Gosto do Pessoa na pessoa  
 Da rosa no Rosa  
 E sei que a poesia está para a prosa  
 Assim como o amor está para a amizade  
 E quem há-de negar que esta lhe é superior  
 E deixa os Portugais morrerem à míngua  
 Minha pátria é minha língua  
 Fala Mangureira, fala

Quem diz “gosto do Pessoa na pessoa/Da rosa no Rosa” cultiva deliberadamente a “profusão de paródias” de que antes falava; e, nesse contexto, corrói mitos, anula fronteiras e desconstrói preconceitos. E assim, todos somos Fernandos Pessoa (e pessoas) e qualquer rosa pode encontrar-se na escrita de Guimarães Rosa, sem fronteiras nem rígidas hierarquias culturais.

É essa dinâmica, por fim, que contesta uma certa imagem de Portugal – o Portugal metrópole, o Portugal eurocêntrico –, originando uma reorientação que atinge até a famosa (e já aqui comentada) imagem pessoana da língua como pátria. Decerto que “minha pátria é minha língua”, mas já não a portuguesa, antes a da Mangureira, projectada na euforia carnavalesca do sambódromo:

Flor do Lácio sambódromo  
 Lusamérica latim em pó  
 O que quer  
 O que pode  
 Esta língua

“Esta língua” que pulveriza a matriz latina é a do samba, a do carnaval, a do sambódromo onde parodisticamente desponta agora uma nova flor do Lácio, já não a “última flor do Lácio”, que para um certo (e aparentemente superado) imaginário brasileiro era a Língua Portuguesa, mas sim aquela que o poema exhibe, em ritmada expressão quase corporal e, de novo, erótica: língua de sons e de imagens frenéticas, de associações e de evocações inesperadas, de mistura de idiomas e de registos estilísticos, em “profusão de paródias”, sem limites fixados por gramáticas, por prontuários ou por dicionários.



É o final do poema (“É deixa que digam/Que pensem, que falem”) não é só a evocação, mesmo melódica, de uma conhecida canção, como é afirmação de uma atitude libertária. Para esta língua reivindicada não há centro nem margens, porque todo o centro é legítimo e nenhuma margem pode ser ignorada. Assim é: “A língua é minha pátria/É eu não tenho pátria: tenho mátria/Éu quero fáttria”.

Decerto que o poema e a canção de Caetano Veloso podem aparecer, a certos ouvidos portugueses e mesmo a alguns brasileiros, como excesso e como provocação. Viver o idioma como corpo (é disso também que se trata) constitui uma atitude que escapa, pela sua heterodoxa novidade, aos usos, aos costumes e até às competências das academias e dos académicos. É contudo, não é hoje possível desconhecer esses outros lugares em que se habita o idioma – a canção popular, a televisão, a rua, o sambódromo –, lugares de prazer e de sedução que trazem consigo ingredientes outros que já não são apenas aqueles que estruturam os textos literários canónicos. Por fim, a confusão de prosódias é o futuro de uma língua de que ninguém é proprietário, seja por alegado direito histórico, seja por outro que se lhe pareça.